



DIEESE



clap

Filiado a

SindjusMA
Associação dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão

Linha de Frente

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ANO V - SETEMBRO DE 2013

Sindjus-MA cobra cumprimento da decisão do STJ que garante os 11,98%

Este será o tema da Assembleia Geral Extraordinária que acontece no dia 5 de outubro em São Luís.



Servidores do Judiciário de todo o Brasil se reúnem no Encontro da Fenajud em São Luís. Pág 8

SINDJUS-MA realiza I Seminário Jurídico. Pág 9

Filiados do Sindjus-MA podem receber 21,7%. Pág. 9



CONVOCAÇÃO

**ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA**

Pág 6



Sindjus-MA realiza encontros regionais visando Assembleia Geral Extraordinária. Pág 7

EDITORIAL



Vivemos um período importante em todo o Brasil, momento em que a democracia está em evidência. Portanto, esta é a ocasião oportuna para discutirmos os direitos dos trabalhadores do país.

As discussões estão espalhadas em todos os lugares, desde os ambientes familiares até as redes sociais. Julgo que não há melhor oportunidade para aproveitarmos o fortalecimento dos nossos desejos por mudança e lutarmos por melhorias para

a nossa categoria.

Decerto, nós, servidores do Judiciário, vivemos um momento especial de construção de um novo plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores da justiça do Maranhão. A oportunidade nos é chegada, fruto de dedicação em busca dos nossos direitos; este é o momento em que podemos mudar os parâmetros que regulam o nosso trabalho; os nossos direitos, os nossos deveres e as nossas remunerações

enquanto servidores do Judiciário.

O período agora clama por união em prol de decisões coerentes e inteligentes em benefício de nossa categoria, dando forma à lei que regulará o novo PCCV de todos os servidores.

Vivemos, ainda, outro marco: a iminência da aprovação do Projeto de Emenda à Constituição (PEC 190/07), que visa à criação do Estatuto Nacional do Servidor do Judiciário. O Sindjus-MA apoia a PEC 190/07, assim como a Fenajud e a CSPB, e temos nos mobilizado junto às entidades nacionais para a aprovação do Projeto, tendo em vista que garantirá igualdade de direitos entre os servidores estaduais e federais.

Companheiros, não podemos ceder nesta luta.

Coragem e avante!

Aníbal da Silva Lins
Presidente do Sindjus-MA

FALA SERVIDOR

"Sempre tive certeza da eficiência do Sindjus-MA, um sindicato preocupado com as melhorias dos servidores. Uma grande conquista foi os 11% : significa um aumento de credibilidade e comprometimento do sindicato com as causas dos servidores. Posso também afirmar que a presidência, juntamente com todos os funcionários, têm se dedicado pela execução de bons trabalhos, respeito e seriedade com todos os servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão. Novas conquistas acontecerão e estamos na luta. Obrigado a todos!"

Clailson de Carvalho, Técnico Judiciário, Comarca de Pedreiras/MA

nico Judiciário, Comarca de Pedreiras/MA

É de extrema importância explanar o papel que o Sindjus-MA tem desempenhado por nós, servidores do Poder Judiciário, pois tem sido através da sua atuação, do seu empenho e das suas estratégias, que nossos direitos têm sido conquistados. Como exemplo, dentre tantas conquistas, a nossa Ação dos 11,98%, que após 7 anos de espera alcançou a sua finalização pelos Tribunais Superiores, mas que diante do Tribunal de Justiça encontra-se à espera de uma outra decisão. Como servidora, sinto-me totalmente

decepcionada pelo imenso descaso diante de algo que já nos pertence por direito líquido e certo. Precisamos confiar na competência do nosso sindicato e não nos deixar abalar pelas circunstâncias que têm surgido no meio do caminho, pois somente pela luta alcançaremos a vitória.

Servidora Célia Costa lotada no Fórum Desembargador Sarney Costa em São Luís

Você Servidor Público filiado, participe da coluna "Fala Servidor". Este é o seu espaço, sua mensagem será publicada em nossa próxima edição. Mande seu e-mail para ascom@sindjus.org.br



Informativo do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão
Rua das Cajazeiras, 43 — Centro, São Luís — MA — CEP: 65015-080
☎ (98) 3232-6454 e 3232-5497
www.sindjus.org.br
ascom@sindjus.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Aníbal da Silva Lins
Presidente

Francisco Fagner Damasceno de Oliveira
Vice-Presidente

Rivelino Alves Pereira
Secretário geral

Antonio Francisco Coutinho Pereira
Segundo secretário

Márcio Luiz Andrade Sousa
Tesooueiro

Livio Tulio Ricart dos Santos
Segundo tesoureiro

Danilo Carvalho de Sousa
Secretário de esportes e lazer

Fredson Sousa Costa
Diretor de Imprensa

Maria Arlinda Reis de Mesquita Freitas
Secretária da cultura e promoção social

Benilton Monteiro Brelaz
Secretário de assuntos jurídicos

CONSELHO FISCAL

Marcos Valério Alves Nepomuceno
George de Jesus dos Santos Ferreira
Armistrog Clay Vieira Ribeiro
Janaira Costa
Alecsan Oliveira Santiago
Leonice Barros de Medeiros

Assessoria de Comunicação (Ascom):

Diretor Responsável: Fredson Souza Costa
Coordenador e Jornalista Responsável: Alexandre Marcus — MTb 14.257
Assessoria de Imprensa e Reportagem: Adriana Gomes — DRT/MA 000796
Ana Carolina Chaves — DRT/MA 1044
Revisão: Loreana Valentini
Projeto Gráfico e Diagramação: Kamilo MTb 20.478
Fotos: Ascom, STJ e STF
Webdesigner: Juliana Cordeiro

Servidores aposentados recebem retroativos da descompressão salarial

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), a exemplo do ajuizamento de outras ações que garantem os direitos dos servidores aposentados do Tribunal de Justiça do Maranhão, protocola, desde o início de 2012, procedimentos administrativos referentes à descompressão salarial dos servidores inativos.

As ações de descompressão salarial, ajuizadas pelo Sindjus-MA, já beneficiaram cerca de 30 servidores aposentados em todo o Maranhão. Aposentados das comarcas de Bacabal, Bequimão, Caxias, Coroatá, Vargem Grande, Cururupu, Fortuna, Loreto, Luís Domingues, Santa Rita, São Bernardo, Magalhães de Almeida, São Félix de Balsas, São José de Ribamar, Turiaçu, Nina Rodrigues e São Luís, tiveram os procedimentos administrativos iniciados e alguns já tiveram a descompressão garantida.

Além de estarem recebendo valores que lhes são devidos há muito tempo e de terem direito a todos os retroativos referentes aos anos anteriores, os servidores aposentados, ao progredirem do nível A1 para o nível C15 (último nível da carreira), têm, alguns, um acréscimo implantado em seus contracheques de até 2.500 reais/mês.

“A descompressão garante um resgate da dignidade destes servidores aposentados, proporcionando-lhes acesso ao direito de receber seus salários de maneira justa.



Ademais, ao receberem os retroativos que lhe são devidos, alguns conseguem realizar benefícios a sua família que nunca puderam fazer antes”, declarou Márcio Luís Souza, tesoureiro do Sindjus-MA.

Retroativos

Em conformidade com a legislação expedida pelo próprio Tribunal de Justiça do Maranhão, todos os servidores que tiveram suas ações ajuizadas, já receberam os retroativos referentes ao exercício financeiro do mesmo ano do trânsito em julgado da ação.

Segundo Márcio, a dificuldade está em encontrar esses servidores inativos, tendo em vista que o contato do Sindicato é através da comarca onde o ser-

vidor está lotado. No entanto, o Sindjus-MA está à disposição para atender os servidores filiados aposentados do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O diretor garante que o tempo médio para o procedimento administrativo ter uma decisão definitiva é de três meses.

Ação em favor dos escrivães judiciários

Com relação aos servidores aposentados escrivães judiciários, o Sindjus-MA orienta os servidores para que entrem em contato com Márcio Souza, e solicitem sua adesão à ação ordinária contra o Estado do Maranhão nº 31714-2013.

A ação é interposta no sentido de dar tratamento

igualitário aos servidores pertencentes aos mesmos cargos, ainda que lotados em comarcas diferentes, visto que segundo a lei 129/2006, o Tribunal de Justiça do Maranhão pode dar tratamento diferenciado a esses servidores dependendo da entrância em que forem lotados. “O que o Sindjus-MA quer, ao demandar contra o Estado, é que haja isonomia salarial, preceito constitucional. Para tanto, solicita judicialmente que o TJMA pague o mesmo salário para servidores ocupantes de mesmos cargos, ainda que lotados em comarcas diferentes”, explica Márcio.

As ações são protocoladas uma de cada vez (individualmente) pelo Sindjus-MA e que por enquanto, apenas o servidor escrivão judicial aposentado da comarca de Arari-MA, Raimundo Nonato Rodrigues Batalha, procurou o Sindicato para ajuizamento da ação.

Para saber maiores informações sobre o assunto, os interessados devem procurar Márcio Luís e também FAGNER DAMASCENO, ou FAGNER DAMASCENO e LIVIO TULLIO, no telefone (98)3232-6454.

● DENÚNCIA

Servidores denunciam má qualidade de trabalho nos Plantões Judiciais

Os servidores da Justiça do Maranhão, que são convocados para atuar nos Plantões Judiciais, denunciaram ao Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) a falta de estrutura na organização das demandas de trabalho.

Os plantonistas judiciais reclamam das horas extensas de trabalho sem remuneração de hora extra e adicional noturno, como também da acumulação dos plantões com a jornada normal de trabalho.

A oficiala Lídia Araújo, lotada na Central de Mandados de São Luís, comentou sobre o desgaste. “Quando estamos de plantão, temos

que trabalhar atravessando a madrugada. No dia seguinte, logo cedo, mesmo cansados, temos que retornar ao posto de trabalho e cumprir a nossa carga horária diária”, explicou Lídia.

Plantões Judiciais no Código de Normas do TJMA e na Resolução nº 71 do CNJ

O Artigo 58º do Código de Normas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determina que “o Serviço de Plantão Judiciário, na Justiça de 1º Grau, destina-se a prestar jurisdição de caráter urgente, nas esferas cível e cri-

minal, nos períodos em que “NÃO HOUVER EXPEDIENTE FORENSE”.

A Resolução nº 71 do CNJ determina no artigo 6º “que será responsável pelo plantão, no segundo grau de jurisdição, o juiz ou desembargador que o regimento interno ou provimento do respectivo tribunal designar, observada a necessidade de alternância”.

O parágrafo único do artigo 6º refere-se aos servidores plantonistas e a este, ele determina que, “durante todo o período de plantão, ficarão à disposição do juiz ou desembargador encarregado, pelo menos um servidor e um oficial de justiça,

indicados por escala pública ou escolhidos de comum acordo pelo plantonista”.

O Sindjus-MA realizou uma audiência com o Corregedor Cleones Cunha para tratar do assunto, e para formalizar a denúncia, encaminhou o caso para conhecimento da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de representação formal do Sindicato, cobrando intervenção daquele órgão para garantir que o Tribunal de Justiça do Maranhão não continue omissos no respeito aos direitos dos trabalhadores quanto à compensação dos plantões com folgas e/ou ao pagamento das horas extras trabalhadas.

● DIRETO DA REDAÇÃO

Sindjus-MA aguarda resultado de investigação sobre irregularidades em Fóruns do Estado

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA), aguarda decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre o processo de investigação a respeito de denúncias protocoladas no início de 2013, sobre obras paralisadas e também problemas estruturais apresentados nos prédios dos Fóruns de Justiça de diversas comarcas no Estado do Maranhão. Problemas como precariedade de estrutura física dos prédios, que em geral são construções antigas e sem reparos; ausência de espaços

nos ambientes de trabalho; problemas com aparelhos eletrônicos, que não passam por manutenção, ou mesmo ausência destas, são reclamações que o Sindjus-MA recebe frequentemente dos servidores insatisfeitos com a qualidade da infraestrutura oferecida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Estado (TJMA).

AMMA apoia pleitos do Sindjus-MA

Atendendo às solicitações do Sindjus-MA, o Presidente da Associação

dos Magistrados do Maranhão (AMMA), Dr. Gerônimo Santos, informou através de ofícios ao Presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins, sobre o apoio da associação aos pleitos do sindicato, que versam sobre a ADI nº 3889 e sobre a Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ).

O primeiro ofício diz respeito ao pedido da AMMA à Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), pedindo a realização de gestões da entidade junto ao relator da ADI nº 3889, proposta pelo Governo do

Estado de Rondônia, que versa sobre os valores retidos a título de imposto de renda dos servidores. Como resposta, o presidente da AMB informou à AMMA que vai realizar o pedido, a fim de que a matéria seja incluída na pauta de julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) – o mais breve possível. O segundo ofício versa sobre a decisão da Diretoria Executiva da AMMA, deliberada na reunião do dia 16 de agosto, no apoio junto ao TJMA pela GAJ com jornada de trabalho de 7 horas.

● ENTREVISTA

O Dr. Alysson Leandro Mascaro é filósofo do Direito, escritor, professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Mackenzie. Parceiro da Federação Nacional dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Fenajud) na atuação em defesa dos direitos dos trabalhadores, foi palestrante do IX Conselho de Representantes da Fenajud, que aconteceu nos últimos dias 04, 05 e 06 de julho de 2013, em São Luís – MA. O mais recente livro de sua autoria, intitulado “Estado e Forma Política” (Editora Bomtempo), foi lançado na ocasião, como parte da programação do evento.

Em entrevista ao Jornal “Linha de Frente”, o professor trata sobre temas abordados no IX Conselho de Representantes da FENAJUD, ampliados agora a todos os servidores por meio da edição de julho do informativo do SINDJUS-MA.



LINHA DE FRENTE: Na sua palestra no IX Conselho de Representantes da Fenajud, o senhor afirmou que os fóruns estão repletos de pessoas de classe média que, em sua grande maioria, são elitistas, racistas e conservadoras. O senhor atribui essas características como limitadoras no avanço das discussões dentro do Judiciário. Por quê?

Mascaro — Os valores conservadores perpassam a todas as classes sociais, porque são operados por meio de grandes aparelhos ideológicos. O capitalismo estrutura o conservadorismo. Dentro desse quadro, é de se ressaltar, então, a importância de uma consciência progressista, que permita aos trabalhadores - e também aqueles ligados ao Poder Judiciário - uma luta de superação e transformação de nossos tempos. Se a maioria é conservadora, é preciso forjar movimentos em sentido contrário.

LINHA DE FRENTE: Existem outras barreiras que limitam a construção de um pensamento mais progressista na categoria do Judiciário?

Mascaro — O campo judiciário trabalha diretamente com o poder, tendo em suas mãos o destino e a sorte de vidas, famílias, empresas, grupos sociais. Esse poder é explicado, pelo direito, como legítimo. O Poder Judiciário não se enxerga como uma das engrenagens da exploração do capitalismo e da dominação social. Ao contrário, ele se afirma até nas palavras, como a “Justiça”. Assim, ao invés de Poder Judiciário Estadual, falamos Justiça Estadual. Das faculdades de direito aos fóruns, a ideologia jurídica vende-se como boa, necessária e justa, exaltando conscientemente ou não, o tipo de sociabilidade capitalista.

LINHA DE FRENTE: Em várias ocasiões o senhor já declarou que pensa que o Estado existente não representa um ideal elevado de justiça e que o Judiciário, enquanto instituição tem servido para perseguir, prender e até matar os pobres. Para o senhor, qual seria o modelo ideal de Estado?

Mascaro — Trato de tais questões em meu mais recente livro, “Está-

do e Forma Política”. O Estado é refém da reprodução do próprio capitalismo. Todas tentativas políticas dentro das formas capitalistas são parciais. Uma política plenamente melhor, do próprio povo e não dos agentes políticos estatais, só será possível com um tipo novo de sociabilidade, socialista.

LINHA DE FRENTE: Ao criticar o Estado capitalista, o senhor acha verdadeiramente que possa haver mudanças reais?

Mascaro — Sim. O capitalismo parece a todos insuperável, mas isso porque, no prazo de cada vida individual, nascemos, crescemos, vivemos e morremos sob ele. As multidões do mundo são exploradas por minorias que detêm o capital. Sendo exploração, o capitalismo é necessariamente antagonismo, conflito, instabilidade, luta. As contradições do capitalismo não fazem pressupor que ele seja estável e venha a se eternizar.

LINHA DE FRENTE: Em algumas falas suas o senhor faz uma crítica às

classes de trabalhadores que, segundo o senhor, ao lutarem por direitos dentro das formas sociais do capitalismo, só almejam vantagens imediatas, mas persistem em uma dinâmica de reforço da exploração. Fale mais sobre esse posicionamento.

Mascaro — Nas condições presentes do capitalismo, é de tal modo a exploração e a opressão que, às classes trabalhadoras, o horizonte imediato que se lhes descortina é o de ganhar vantagens imediatas: aumento salarial, condições melhores de serviço, limitações à jornada de trabalho etc. Essa luta é muito respeitável, porque enfrenta, como sua oponente, toda a estrutura do poder econômico, repressivo e ideológico do capital. Mas é preciso que as classes trabalhadoras avancem ainda mais em seu esclarecimento e em sua luta. Deve ser a luta pela superação do capitalismo, isto é, pela superação das próprias explorações do capital. Assim, as lutas sindicais devem ser convertidas em lutas políticas, com mirada ampla, buscando a transformação social.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO – SINDJUS/MA

Em cumprimento ao Artigo 6º, § 2º, Inciso I, do seu Estatuto Social, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), por seu representante legal, que assina abaixo, convoca, nos termos da legislação vigente, todos seus associados para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no auditório da Associação Comercial do Maranhão (ACM), na Praça Benedito Leite, 264, Centro, nesta capital, no dia 05 de Outubro de 2013, sábado, às 08:00 horas, em primeira convocação, ou, não sendo alcançado o quórum mínimo, às 09:00 horas, em segunda convocação, com qualquer número de sócios presentes, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1 - Informes sobre as negociações do Sindjus-MA com a administração do Tribunal de Justiça do Maranhão para garantir a implantação dos 11,98% da URV nos vencimentos dos servidores, bem como o pagamento das parcelas retroativas, decorrentes de decisão judicial transitada em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ); 2 - Deliberação sobre indicativo de greve geral da Categoria por tempo indeterminado, em razão do não cumprimento pelo Tribunal de Justiça do Maranhão da referida decisão judicial. São Luís (MA),

23 de Setembro de 2013.

Aníbal da Silva Lins
Presidente do Sindjus-MA

SindjusMA
Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão

Comissão do Sindjus-MA divulga proposta de novo PCCV para servidores do TJMA

A comissão paritária formada pelos servidores Francisco Marques (técnico), Carlindo Filho (auxiliar), José Carlos Santos (comissário), Emanuel Jansen (oficial de justiça) e Arlinda Reis (analista), escolhida em Assembleia Geral do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA), concluiu o seu trabalho de elaboração de uma proposta conjunta e de consenso de Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV) dos Servidores do Poder Judiciário maranhense.

A proposta foi entregue pessoalmente pelos membros da comissão para a Desembargadora Nelma Sarney Costa, designada pelo Presidente do TJMA,



Antonio Guerreiro Junior, para coordenar os trabalhos de elaboração do Novo PCCV, juntamente com os também desembargadores Cleonice Freire, Remédios Buna e Marcelo Carvalho. A Comissão do Sindjus-MA aguarda agora o parecer da Comissão de Desembar-

gadores para levar à apreciação da categoria. Pela proposta dos servidores, o Novo PCCV seria implementado em parcelas anuais, iguais e simultâneas para todos os cargos.

Dentre as propostas que se destacam no projeto do Novo PCCV, estão o fim das

carreiras de nível fundamental (auxiliar judiciário e agente de serviços operacionais) e sua unificação com as carreiras de nível médio; a unificação dos vencimentos dos cargos de nível médio em pelo menos 60% dos vencimentos dos cargos da carreira de nível superior; a correção dos índices das progressões e promoções dos adicionais de qualificação e da gratificação por atividade judiciária (GAJ); e a criação da gratificação por dedicação exclusiva para os cargos de nível superior – analistas judiciários.

Para conhecer o inteiro teor da proposta elaborada pela Comissão Paritária do Sindjus-MA, acesse o link NOVO PCCV no portal www.sindjus.org.br.

Sindjus-MA realiza encontros regionais, mobilizando para Assembleia Geral Extraordinária



No dia 5 de outubro acontece a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA). No intuito de forma preliminar pontuar as questões prioritárias para o evento, os diretores da entidade; Márcio Luis, Fredson Costa e Anibal Lins, realizaram encontros regionais durante o mês de setembro em algumas comarcas do Estado, entre elas: Itapecuru, Brejo, Buriti, Chapadinha, Coelho Neto, Cantanhede, Balsas, Riachão, Carolina, Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras, São Domingos do Azeitão, Pastos Bons e Caxias.

Na pauta dos regionais esteve como ponto principal a possibilidade de deflagração de

greve geral dos servidores do Judiciário em todo o Maranhão, pelo não cumprimento da decisão judicial proferida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre os 11,98%, que será decidida definitivamente no dia 5 de outubro.

Nas visitas às Comarcas os discursos aos servidores presentes nas reuniões tiveram como pauta as negociações com o Tribunal de Justiça do Maranhão, a implantação e pagamento de retroativos advindo da ação dos 11,98%, vitoriosa no STJ, e dos 21,7%, que aguarda o trânsito em julgado nos Tribunais Superiores, em Brasília. Assuntos como a correção do valor dos auxílios alimentação, saúde e transporte e da Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ)

e sobre a minuta do projeto do Novo PCCV, elaborado pela Comissão Paritária de Servidores do Sindjus-MA, e em discussão com o TJMA, também foram discutidos nas reuniões.

No entendimento dos servidores as visitas são importantes para afinar o diálogo. “Eu acho que o caminho é esse. Os encontros regiões são essenciais na construção do diálogo. O comparecimento dos diretores do Sindjus-MA nas comarcas nos dá mais força e aumenta a integração em prol de uma luta da Categoria, além de nos informar com mais detalhes sobre as ações judiciais. Eu estarei presente na Assembleia do dia 5 e mobilizarei o máximo possível os demais companheiros para que todos compareçam”, disse Raimundo Nonato Mesquita



Filho, servidor de Brejo-MA.

O resultado das visitas às comarcas foi positivo, avalia Márcio Luiz, “Foi de extrema importância as visitas realizadas, percebemos o comprometimento da Categoria com a entidade, e todos os companheiros devem estar presentes na Assembleia Geral, instância máxima do sindicato, para construirmos os próximos passos a serem dados pelo Sindicato. Se decidirmos pela iniciativa, a greve geral será deflagrada.” Finalizou o sindicalista.

São Luis sedia encontro da Fenajud e reúne servidores de todo Brasil

São Luis sediou de 04 a 06 de julho, a IX Reunião do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud). O anfitrião do evento, que aconteceu no Hotel Holiday Inn, foi o Sindjus-MA.



A reunião teve início na noite do dia 04 de julho, com palestras e mesa redonda acerca do tema “Conjuntura Nacional”, palestra ministrada por Antônio Queiroz, mais conhecido no meio sindical como Toninho do DIAP, diretor do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar (DIAP).

Para o presidente da Fenajud, Valter Macedo, a realização do evento no Estado do Maranhão é um indicativo da necessidade de distribuição de debates sem ter como ícone grandes centros. “O Estado do Maranhão tem um valor simbólico por ser ainda um estado

O que é a PEC 190/2007?

É uma Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do ex-deputado Flávio Dino (PCdoB/MA) e da deputada Alice Portugal (PCdoB/BA), que propõe a inclusão do artigo 93-A na Constituição Federal de 1988. Tem como principal objetivo uniformizar a nomenclatura dos cargos efetivos, dos direitos e deveres dos servidores da justiça de todo Brasil, através da criação do Estatuto Nacional dos Servidores Estaduais e Federais do Judiciário Brasileiro, devidamente aprovada e autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

de renda inferior no Brasil, e enquanto Fenajud, nós vamos fortalecer o debate e a participação política dos sindicatos para com essas mobilizações sociais”. Explicou.

As representações sindicais filiadas à Fenajud reuniram-se para discutir sobre a judicializa-

ção da política e questões sociais, bem como a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 190/07, que versa sobre o Estatuto Nacional dos Servidores do Judiciário. Temas como o delirado momento que a economia brasileira atravessa aliado à impaciência da

população com a falta de atitudes não ficaram de fora. “ Como defensores de classe e como cidadãos, nos interessamos e participamos ativamente destes momentos, mas é necessário pensar em uma forma organizada em buscar de soluções”, finalizou Valter Macedo.

Como parte da programação do IX Conselho de Representantes da Fenajud, foi realizado no dia 06 de julho, no auditório da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco (UNDB), o lançamento do livro “Estado e Forma Política” do filósofo do direito Alysson Mascaro, que concedeu entrevista ao Linha de Frente (Vide Pág 5).

● SEMINÁRIO JURÍDICO

Sindjus-MA promove primeiro Seminário Jurídico

Nos dias 22 e 23 de agosto, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA), promoveu o Primeiro Seminário Jurídico com o tema "Direito e Sociedade no Brasil: Os trabalhadores e as perspectivas para a prestação jurisdicional no Brasil".

Temas como Carreiras Jurídicas; Novo Plano de Cargos e Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Justiça do Maranhão; Proposta de Emenda Constitucional - PEC 190/2007; Acesso à Informação e Transparência no Serviço Público e um painel sobre o Papel da Mulher no Poder Judiciário foram discutidos no evento.

O Seminário contou com a participação do desembargador federal e professor universitário, Ney Bello Filho; das desembargadoras Nelma Sarney e Raimunda Bezerra; do desembargador do trabalho Alcebíades Dantas; dos advogados Charles Dias e Pedro Duailibe Mascarenhas; dos assessores jurídicos do Sindjus-MA; do sociólogo e professor da Universida-



de Estadual do Maranhão (UEMA) -, César Chouari; da juíza de direito Luzia Madeiro; da psicóloga Arlinda Reis e da técnica judiciária Keyla Ligia Costa de Melo, Coordenadora do Serviço Médico do Tribunal de Justiça.

Os palestrantes discutiram as políticas de organização do judiciário, os movimentos sociais, e o estabelecimento de

regras para otimizar os serviços da Justiça.

De acordo com a desembargadora Nelma Sarney, a iniciativa do sindicato em promover este debate e levar ao conhecimento público os interesses dos servidores do judiciário maranhense, foi louvável.

Diretores do Sindjus-MA analisaram de forma positiva a realização do evento. "Mo-

mentos como estes, em que nós servidores sentamos para discutir os problemas do judiciário brasileiro, e ao mesmo tempo, discutir possíveis soluções para o bom andamento das nossas ações, trazem como resultado o comprometimento de todos os envolvidos no processo", declarou Benilton Brelaz, diretor jurídico do Sindicato.

● STF

Filiados do Sindjus-MA podem receber 21,7%

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) negou por unanimidade o provimento ao agravo regimental interposto pela Procuradoria Geral do Estado do Maranhão (PGE) contra a decisão monocrática do Ministro Dias Toffoli (foto), que negou seguimento ao Agravo em Recurso Extraordinário - ARE Nº 714.086, contra o julgamento da Segunda Câmara Cível do Tribunal



de Justiça do Maranhão que reconheceu o direito dos servidores filiados ao Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão/SINDJUS-MA de receber

diferenças salariais retroativas a março de 2006 no percentual de 21,7%.

O presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins, esteve presente na sessão de julgamento dos Agravos da PGE pelos Ministros do STF. "A vitória foi um passo muito importante para o trânsito em julgado desse processo ao reconhecer um direito dos trabalhadores ocupantes dos cargos de nível médio e funda-

mental vinculados ao Poder Judiciário do Estado do Maranhão", disse Anibal.

O julgamento dos Agravos da PGE aconteceu no dia 06 de agosto no Supremo Tribunal Federal. Porém, a PGE-MA ainda pode apresentar Embargos de Declaração contra a decisão da Segunda Turma da Suprema Corte, mas com chances possivelmente nulas de êxito e intenção de proteção.

● LAZER

Sindjus-MA conclui primeira fase nas obras da sede recreativa de Imperatriz até o final de 2013



Atendendo ao anseio de nossos associados pela implementação de um espaço para recreação e confraternização, o Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA), concluirá até o final de 2013, a primeira fase nas obras da sede recreativa em Imperatriz.

Nesta primeira fase, será disponibilizado para uso dos servidores, um centro de convivência com salão de festa de aproximadamente 350 metros quadrados, em fase de conclusão, e um campo de futebol gramado com 1.500 metros quadrados, já finalizado, e disponível para uso dos associados.

De acordo com Rivelino Pereira, Secretário Geral do Sindjus-MA e um dos diretores responsáveis pela obra, a construção de uma sede recreativa para os servidores da Justiça no sul do Maranhão era uma necessidade antiga. “O esporte e lazer são diferenciais quando uma entidade sindical pode oferecer ao seu filiado. O Sindjus-MA propicia qualidade de vida ao servidor quando dispõe uma estrutura com esta, e neste momento nos sentimos realizados pois conseguimos conquistar este antigo sonho”, disse Rivelino.

O terreno onde está sendo realizada a construção

do clube, foi adquirido pelo Sindjus-MA em 1998 e compreende uma área de aproximadamente 8.500 metros quadrados. Está localizado a 8,5 quilômetros do centro de Imperatriz, na estrada que liga a cidade ao município de João Lisboa.

Para Danilo Carvalho, Diretor de Esporte e Lazer do Sindjus-MA, a Região Sul Maranhense é um pouco carente de espaços para recreação e a construção do clube em Imperatriz vai proporcionar uma maior integração entre os servidores e seus familiares.

Quando concluído, o projeto da sede recreativa disporá dos seguintes am-

bientes: salão de festa e bar; campo society; piscinas para crianças e adultos; vestuários, sanitários masculinos e femininos; playground; estacionamento e pista de cooper. A conclusão das obras está prevista para o segundo semestre de 2014, segundo Rivelino.

A próxima Edição do Linha de Frente trará informações sobre a construção da sede recreativa do Sindjus-MA em São Luís. O terreno que sediará o clube de São Luís está localizado na estrada da Raposa, próximo à Clínica Ruy Palhano.

Sindjus-MA realiza campanha de recadastramento



Com a finalidade de atualizar o banco de dados dos filiados ao Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão – Sindjus-MA, a entidade está realizando, desde o dia 9 de setembro, a campanha de recadastramento.

O presidente do Sindicato, Anibal Lins, explicou

a finalidade. “A campanha de recadastramento de dados dos servidores tem por objetivo atualizar o banco de dados da entidade para que seja possível estabelecer uma comunicação rápida e eficiente entre o sindicato e seus filiados, e está sendo feito exclusivamente online, por meio de um BANNER no site do Sindjus-MA (foto).

Os servidores que se recadastrarem facilitarão seu acesso às informações sobre: ações judiciais dos quais figuram como parte, recebimento do informativo semanal do Sindjus-MA (Newslet-

ter), informações sobre convênios, participação em sorteios de brindes e outras promoções do Sindicato.

Quem deve se recadastrar?

Todos os servidores que se filiaram ao Sindjus-MA até 17 de junho de 2013, data em que foi publicado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) o acórdão do ARESP nº 0014820-56-2009.8.10.0001 - Ação dos 11,98%.

O Sindjus-MA informa também que, ao final da campanha, serão sortea-

dos brindes entre os servidores recadastrados. Os sócios que atualizarem seus dados concorrerão a viagens aos Lençóis Maranhenses, tablets, máquinas fotográficas, dentre outros prêmios, além de receber carteiras de identificação com seus dados atualizados e selo da Fenajud/CSPB.

O primeiro sorteio de brindes para os servidores que se recadastrarem será realizado por ocasião do encerramento da Assembléia Geral Extraordinária do Sindjus-MA, que acontecerá no dia 05 de outubro.

● STJ

Ação do Sindjus-MA garante 11,98% da URV para todos os servidores do TJMA

Transitou em julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 20 de agosto, o processo nº 0014820-56-2009.8.10.0001, que versa sobre a Ação ajuizada pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA), no qual cobra a implantação da diferença salarial dos 11,98% (URV) nos vencimentos dos servidores.

O julgamento teve decisão unânime do STJ, confirmando a que fora proferida pela desembargadora do TJMA, Rai-

munda Bezerra (FOTO) e garante o direito a todos os servidores do Poder Judiciário do Maranhão; ativos, aposentados, efetivos e comissionados de receberem o percentual, bem como seus retroativos.

A Ação dos 11,98% é uma iniciativa do Sindjus-MA que após o resultado, encaminhou junto ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) os procedimentos cabíveis para que a implantação do percentual nos vencimentos dos servidores seja executada o

mais breve possível. “O transitado em julgado dos 11,98% no STJ têm sua importância, não só na questão financeira como na conquista política do Sindjus-MA, que lutou com garra para que o direito a esse percentual fosse garantido para todos os servidores. Como consequência dessa conquista, a decisão terá um reflexo econômico no contracheque dos servidores, agora é torcer para que a decisão tenha sido cumprida o mais breve possível”, disse Rivelino Pereira, secretário



Amil NACIONAL

Sindjus-MA oferece aos seus filiados mais uma opção de plano de saúde

Devido a inúmeras insatisfações dos servidores com os serviços do Plano de Saúde UNIMED, O Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA) firmou convênio com o Plano de Saúde Amil Nacional, e desde então, a procura pelos serviços da rede conveniada vem aumentando.

Desde o início da parceria, muitos servidores já providenciaram a migração para o novo plano. "Os servidores têm demonstrado um grande interesse em aderir ao plano", disse Lourdes Arouche, representante autorizada da Amil Nacional, Região Norte e Nordeste.

O Plano de Saúde Amil é um plano nacional com rede credenciada ampla e com cobertura total de serviços, de acordo com a representante, os servidores estão migrando para o plano pela insatisfação nos serviços prestados por outras operadoras e pelos benefícios de adesão garantidos pelo Sindjus-MA, como também, pelo compromisso, responsabilidade e segurança que o plano oferece aos clientes.

Para maiores informações, entrar em contato com Lourdes Aroucha

Telefone: (98) 8828-0491

(98) 8235-6131

E-mail: lourdesaroucha100@hotmail.com

Conheça algumas das empresas conveniadas ao seu sindicato

